

A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

Data de submissão: 22/08/2023

Data de aceite: 02/10/2023

Angela Maria Silva Oliveira Leite

(UNIOLOGOS/SP)

<http://lattes.cnpq.br/0467769960625043>

Luiz Aparecido Alves de Souza

(UNIOLOGOS/IFPR)

<http://lattes.cnpq.br/4341259416832398>

RESUMO: Nas últimas décadas, a Educação Profissional e Tecnológica vem se constituindo como campo epistemológico, expressão das políticas neoliberais desencadeadas no contexto da reestruturação produtiva. Nesse contexto, em meio a expansão das políticas educacionais para a formação e para o trabalho da classe trabalhadora, há de se considerar, o modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho que organiza e determina a condição de classe social no conjunto societário e, certamente, das políticas públicas para a educação, disputadas, no interior das lutas de classes. É nesse conjunto que o interesse dessa pesquisa se coloca em interrogar: como as políticas educacionais de formação de professores determinam o trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica, sob a intensificação desta agenda neoliberal

hegemônica? Por conseguinte, a fim de respondê-la, ancorou-se nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels. Utilizou-se a metodologia de pesquisa do tipo qualitativa exploratória documental, cujos processos de investigação constantes das políticas exaradas pelas normativas e regulações, no recorte temporal (2016-2021). E, quanto ao objetivo central buscou-se, analisar as políticas educacionais, demandadas pelas políticas públicas que concorrem para a formação do trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica, no contexto da intensificação das políticas da agenda neoliberal em meio pandêmico COVID-19.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Trabalho. Docência. Educação Profissional e Tecnológica. Políticas neoliberais.

TRAINING FOR TEACHING
WORK IN PROFESSIONAL AND
TECHNOLOGICAL EDUCATION
IN TIMES OF INTENSIFYING
NEOLIBERAL POLICIES

ABSTRACT: In recent decades, Professional and Technological Education has been constituting itself as an epistemological

field, an expression of neoliberal policies triggered in the context of productive restructuring. In this context, in the midst of the expansion of educational policies for the training and work of the working class, it is necessary to consider the capitalist mode of production, the social division of labor that organizes and determines the condition of social class in the societal set and, certainly, of public policies for education, disputed within class struggles. It is in this set that the interest of this research is placed in questioning how the educational policies of teacher training determine the teaching work in Professional and Technological Education, under the intensification of this hegemonic neoliberal agenda? Therefore, in order to answer it, it was anchored in the theoretical-methodological assumptions of the historical-dialectical materialism of Marx and Engels. The research methodology of the exploratory documentary qualitative type was used, whose investigation processes are constant in the policies set forth by the norms and regulations, in the time frame (2016-2021). And, as for the central objective, we sought to analyze educational policies, demanded by public policies that contribute to the formation of teaching work in Professional and Technological Education, in the context of the intensification of policies of the neoliberal agenda in the midst of the COVID-19 pandemic.

KEYWORDS: Formation. Work. EPT. Neoliberal policies. Social inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

Tratar da precariedade do trabalho docente, em tempos de políticas neoliberais, torna-se inevitável e necessário interrogarmos a esfera das políticas educacionais, que, na particularidade deste trabalho, buscou-se adentrar no escopo das legislações e das condições objetivas de trabalho dos professores, num contexto atravessado pelas adversidades da pandemia COVID-19. Neste sentido, Bourdieu (1998) considera que é possível constatar “claramente que a precariedade está hoje por toda a parte, no setor privado, mas também no setor público, onde se multiplicaram as posições temporárias e interinas” (p. 72).

Nesse sentido, entendemos que a intensificação da agenda neoliberal no país, se deu a partir de 2016 promovida, entre outras, pela Resolução do CNE/CP Nº 2, 20 de dezembro de 2019, pela Resolução do CNE/CP Nº 01, de 5 de janeiro de 2021, pela Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Expôs-se as crises entre 2016-2021, as correlações de forças de classes e as disputas na agenda educacional, desde o golpe parlamentar de 2016, para enquadrar o país à agenda neoliberal na reestruturação do capital.

Nas seções seguintes, pretende-se explicitar estas correlações de forças e as disputas em torno das políticas para o trabalho docente, no campo da educação profissional e tecnológica.

2 | POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 2016-2021

No recorte temporal, após o impeachment da ex-presidente Dilma, o ex-presidente Temer que se declarou contrário, mas, não renunciou, antes divergiu em suas ações em

relação as suas falas, confirmando assim, o alinhamento com a agenda neoliberal. Segundo Dourado (2019):

A ascensão de Michel Temer à presidência da república em 2016, após o *impeachment* e apoiada em um processo de mudanças em estreita articulação às demandas do capital, efetivou-se por meio de uma correlação de forças direcionadas à naturalização e expansão da apropriação do fundo público pelo capital e, novamente, pela contraposição às conquistas sociais - especialmente àquelas decorrentes da Constituição Federal de 1988 - expressas por políticas de ajustes neoliberais. (P. 9-10)

Neste período, encerra-se o programa *Ciências sem Fronteiras* e o *Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)*, por insucesso e insustentabilidade à política. Inclusive, promoveu as reformas: trabalhista, previdenciária, tributária, ambiental e a Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que reestrutura o ensino médio e profissionalizante, no suposto argumento *em favor do proletariado*.

A classe dos trabalhadores docentes esteve e está em apreensão, devido as políticas ligadas à formação e pela movimentação transnacional dos organismos multilaterais, que querem ver as forças de trabalho naturalizadas (EVANGELISTA, 2021). Diante da crise político-econômica são diminuídos os investimentos, implicando na qualidade da formação e nas condições de trabalho docente da Educação Profissional e Tecnológica.

Entre 2020-2021, iniciou-se a pandemia COVID-19, e a crise político-sanitária, já instalada, evolui e se ancora na intensificação do problema de saúde pública. A Resolução do CNE/CP Nº 02, de 10 dezembro de 2020, instruiu a comunidade educacional público-privada, até o fim da calamidade.

Nesse interim, vários ministros do quadro do executivo, foram trocados por parte do governo. Ocorreram ações de Xenofobia no culpar a China, atribuindo-lhe o status de criadora da pandemia. Enquanto, no Brasil se dá a rejeição à ciência com oferta ao kit COVID-19, demonstrando o descomprometimento do Estado, no enfrentamento, colocando em risco os docentes e discentes no país.

Os reflexos na Educação, dentro desse contexto de crise político-social promovida pela COVID-19, além do desemprego, miséria, fome, verificou-se ainda, através do Projeto de Lei, Nº 3.179, de 08 de fevereiro de 2021, a discussão da modalidade *Homeschooling*, que ganhou fôlego, através da plataforma digital.

A Portaria Nº 376, de 03 de abril de 2020, institui dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, na condição de trabalho remoto, e após, o hibridismo, responsável por retirar do Estado a sua responsabilidade em prover o ensino a população. Ação que decorre do saldo da crise “marca genética do capitalismo, ele as agudiza” (FONTES, 2017, p. 414).

31 AS MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS DEMANDANDO À FORMAÇÃO E TRABALHO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Diante do exposto compreende-se a condução à precarização e, ao apartheid social, no retrato do Estado que serve no balcão à burguesia hegemônica capitalista industrial, como evidência do reflexo político, econômico, sanitário e social, em que a política-pedagógica se encontra pautada sob a intensificação da agenda neoliberal.

Na sua forma pragmática, o Estado serve aos interesses, necessidades e valores do mercado e produção. Por outro lado, a educação e o capitalismo são dependentes mútuos do trabalhador docente, pois necessita desta mão de obra, para manter o domínio do capital que fomenta a formação profissionalizante para incutir os conceitos “professor polivalente, empreendedor, protagonista, inovador, eficaz, nota 10, empoderado” (EVANGELISTA; SEKI, 2017, p. 20).

Por conseguinte, pensar as políticas educacionais e em particular a formação para o trabalho docente na modalidade *Educação Profissional e Tecnológica*, partiu-se das considerações de Hofling (2001) “Estado em ação é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” em que se compreendem aquilo que as políticas expressam.

Desse modo, já se compreende que a classe dos trabalhadores docentes é claramente afrontada pelas políticas ligadas à formação e pela movimentação transnacional dos organismos multilaterais, que querem ver as forças de trabalho exauridas naturalizadas (EVANGELISTA, 2017).

A burguesia não só tomou o poder econômico decadente da aristocracia feudal, como também do poder político, assumindo, portanto, o controle do Estado para parasitar o trabalho alheio e, que, segundo Marx:

A ordem burguesa, que no início do século colocou o Estado como sentinela para guardar a parcela recém-criada e a adubou com lauréis, transformou-se no vampiro que suga o sangue do seu coração e a medula do seu cérebro e os joga no caldeirão alquímico do capital (MARX, 2011, p.146-147).

Diante do exposto, compreende-se a condução à precarização e, ao apartheid social, retrato do Estado que serve no balcão à burguesia hegemônica capitalista industrial e que tem produzido o trabalho docente uberizado (ANTUNES, 2022). Inclusive retrata a objetivação da política econômica em meio ao caos sanitário e social, em que as políticas educacionais se encontram pautadas sob a intensificação da agenda neoliberal.

Nesse sentido, compreendemos que as múltiplas determinações das políticas neoliberais para a formação e trabalho dos professores para a educação profissional e tecnológica se situam no conjunto da Resolução do CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, diretrizes do ensino médio e profissional, em conjunto à Resolução do CNE/CP N° 02, 20 de dezembro de 2019, pois aborda a lógica das competências, das habilidades, da

epistemologia da prática, e ligadas à Base Nacional Comum e Curricular distribuída em 10 (dez) competências gerais (MEC, 2018).

Essa estratégia de ocultação da ausência de políticas educacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, tanto para educação básica, quanto para a modalidade da Educação Profissional e Tecnológica são tomadas, pelas determinações legais na forma aligeirada, rasa de conteúdos políticos, éticos, estéticos, pedagógicos, sociológicos, filosóficos e engessados às determinações da BNCC.

A BNCC cobra seu cumprimento em instituições público-privadas. Porém nas públicas é favorecida na condição de gestora, quando oferece cursos, promove mudanças e aprova as decisões impostas pela Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, precursora dos argumentos em prol do notório saber.

Caracteriza a estratégia de ocultação da ausência de políticas educacionais da formação docente, tanto para educação básica, quanto para Educação Profissional e Tecnológica. Pois, as regras para a adoção do notório saber nas universidades e academias público-privada constam da Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Enquanto, na Resolução do CNE-CP N° 01, 05 de janeiro de 2021, no art.º 54, impõe critérios para a admissão de docentes para Educação Profissional e Tecnológica, no notório saber, inclusive aos trabalhadores com diploma de nível técnico e profissional, inclusive aos trabalhadores com diploma de nível técnico e profissional, por experiências anteriores em área fim, que por experiência pregressa em área fim, e, orienta o currículo.

Inclusive quando associada a intensificação pela uberização ou plaformização digital, isso posto, alinhada à precarização dos contratos de trabalho, por meio da uberização docente, entre os que exercem trabalho docente, há desmotivação e adoecimento, diante da precariedade, tomando por base a célere frase do desenho de Hardy Har Har¹ “Oh céus, oh vida, oh azar, isso não vai dar certo!” (HANNA-BARBERA, 1962). É nesta condição que se apresentam os trabalhadores e os trabalhadores docentes, no dia a dia, mas, na contradição da precarização está a desvalorização.

Outrossim, trazendo para este debate as afirmações que, da precarização do trabalho docente, importam as mudanças no mundo do trabalho, da abordagem da *Flexibilização Subjetiva* inserida num movimento histórico que, objetiva a reconstrução do regime de acumulação capitalista, em que o materialismo histórico-dialético da atualidade, compõe a precarização e intensificação do trabalho (KUENZER, 2008, p. 33; 234).

Nestas tentativas de naturalizar essas práticas relacionadas ao já dito, tendo por base as políticas e suas legitimações, está carregada de ideologias a assegurar que os dominados permaneçam nessa condição “se quiseres direitos, se lutar contra a exploração, terá desemprego e informalidade para todos; não questione as novidades e se comporte bem, pois a saída é individual e só depende de você” (FILGUEIRAS, 2021, p. 117).

¹ Animação em que Lippy era um leão, andando sempre na companhia de seu amigo Hardy, uma hiena pessimista que possuía depressão nervosa crônica e profunda.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto é vital a compreensão da dinâmica das disputas interclasses, e da análise do percurso vencido, até o momento (FILGUEIRAS, 2021). É perceptível que tanto a formação, quanto o trabalho docente estão sujeitos às desigualdades sociais determinadas pelas diferenças de classes. Tais postulações oportunizam que haja continuidade na luta de classes, em favor de uma educação integralizadora, humanizada e emancipatória, no sentido da agenda progressista da educação no país, fundamentada na plenitude do desenvolvimento das pessoas, do ser humano. Mas isso, é contraditório! Como ser livre para pensar, e ao mesmo tempo ter tolhido o conhecimento, em prol de uma racionalidade técnica, pragmática, balizada pelos interesses estritos do mercado/capital? Portanto, É na esteira dessa educação que se objetiva uma formação para o trabalho rumo a um outro modo de organização social, ou modo socialista (MÉSZÁROS, 2002).

É possível encampar as frentes das lutas populares e defender uma reestruturação produtiva, nos pressupostos de uma política progressista, que, necessariamente, reestabeleceria o Estado social e, uma participação efetiva da classe trabalhadora, não somente como estatística, mas como intelectuais que determinam as agendas de governo para o campo educacional. Os professores precisam ser incluídos na construção de uma agenda educacional no país.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: tática para enfrentar a invasão neoliberal**. Tradução: Lucy Magalhães. Editora: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro – RJ, 1998. Disponível em: https://pt.slideshare.net/fabioladuarte52/pierre-bourdieucontrafogos?from_action=save. Acesso em: 23 mar. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular do ensino médio 2018**. D.O.U.: 11 mai. 2018. Publicado em: 11 mai. 2018. Seção 1, p. 154. Documento homologado pela Portaria nº 1.570. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. D.O.U.: 17 fev. 2017. Publicação em: 17/02/2017. Seção 1. Página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Câmara Legislativa. **Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. D.O.U.: 14 jul. 2017. Publicado em: 14/07/2017. Edição: 134. Seção 1. Página 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19173773/do1-2017-07-14-lei-no-13-467-de-13-de-julho-de-2017-19173618. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Coleção Educação Superior em Debate. Ciavatta em sua contribuição ao vol. 8, Brasília: DF, 2008, 304p. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/492287. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 376, de 3 de abril de 2020. D.O.U.: 06 abr. 2020**. Publicado em: 06/04/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-376-de-3-de-abril-de-2020-251289119>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP Nº 02, de 20 de dezembro de 2019. D.O.U.: 10 fev. 2020**. Publicado em: 10/02/2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CP Nº 01, de 05 de janeiro de 2021. D.O.U.: 06 jan. 2021**. Publicado em: 06/01/2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 27 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei Nº 3.179, 08 de dezembro de 2012 e apensados Homeschooling Educação Domiciliar**. Publicado em: 08/12/2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/534328>. Acesso em: 10 jun. 2021.

DOURADO. Luiz Fernandes, **Estado, Educação e Democracia no Brasil: Retrocessos e Resistências**. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0224639, p. 1-24. Publicado em: 09/12/2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019224639>. Acesso em: 10/06/2021, revisado em 19/08/2023.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. 1ª. edição. Araraquara – SP. Editora: Junqueira & Marin. 2017.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji. **Formação de professores no Brasil: leituras a contrapelo**. 1ª. edição. Araraquara – SP. Editora: Junqueira & Marin. 2017. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3569567/mod_resource/content/1/EVANGELISTA%20E%20ALAN%20KENJI%20-%20Livro%20Formacao_de_Professores_no_Brasil.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

FILGUEIRAS, Vitor. **É tudo novo, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital**. 1ª Edição. São Paulo – SP, Editora: Boitempo, 2021.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo - SP. Editora: Cortez Editora Ltda, 2017, nº. 130, p. 409-425, set./dez.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas sociais). **Cadernos Cedes**, ano XXI, n.55, p.30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/fj/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgipc5YsHq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04. mai. 2022.

Lippy the Lion & Hardy Har Har. The Hanna-Barbera New Cartoon Series. Direção: Joseph Barbera; William Hanna. Produtora: Joseph Barbera; William Hanna. distribuidora: Syndication. Ano da produção: 1962. Disponível em: https://www.wikifox.org/pt/wiki/Lippy_e_Hardy. Acesso em: 16 jun.2021.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Tomo 1. Capítulos I a XII. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Coordenação e revisão: Paul Singer. Editora: Nova Cultural Ltda. São Paulo – SP, 1996.

MÉSZÁROS, István. **Século XXI – Socialismo ou Barbárie**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Edição: 1º. revista. Editora: Boitempo Editorial, São Paulo - SP, 2003.